



**Publicado originalmente em:** IX EREGEO – Encontro Regional de Geografia. Novas territorialidades – integração e redefinição regional. Porto Nacional, julho de 2005

## **DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA CONTRIBUIÇÃO DE GOIÂNIA AO TURISMO DE MUNICÍPIOS PRÓXIMOS<sup>1</sup>**

DUARTE, Ivonaldo Ferreira – UFMS, Mestrando em Geografia, [ivonskata@bol.com.br](mailto:ivonskata@bol.com.br)  
MORETTI, Edvaldo César – Professor Dr., Orientador, [emoretti@ceud.ufms.br](mailto:emoretti@ceud.ufms.br)  
ALMEIDA, Maria Geralda de – UFG, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>, ex-orientadora, [galmeida@iesa.ufg.br](mailto:galmeida@iesa.ufg.br)

### **Resumo**

O presente trabalho resulta de monografia de Bacharelado em Geografia na Universidade Federal de Goiás e pesquisa em andamento no Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. No primeiro caso identificou-se a necessidade do Município de Goiânia desenvolver estratégias integradas aos municípios de sua região metropolitana, como forma de estimular seu próprio desenvolvimento turístico. No segundo, pesquisa-se e se discute como dois destes municípios, dispostos em um eixo de deslocamento dos turistas que utilizam Goiânia como portal de entrada, podem aproveitar-se de algumas características espaciais e intrínsecas ao local para inserirem-se em um espaço turístico. Desta forma, se estaria reforçando a constituição de uma região turística, compreendida por Goiânia e alguns dos seus municípios próximos, dentre os quais aqueles que dispõem-se em eixos nos quais se estabelece um fluxo turístico entre Goiânia e determinados pólos turísticos goianos, a exemplo de Aruanã e Britânia, localizados a oeste do Estado de Goiás.

Os objetivos do trabalho: discutir a viabilidade da formação desta região turística, utilizando-se do aporte teórico sobre desenvolvimento regional e local, a exemplo da teoria dos pólos de desenvolvimento e da capacidade de indução destes pólos; entender as políticas de desenvolvimento do turismo adotadas por Goiânia e por municípios desta região; averiguar a existência de planejamento estratégico do conjunto destes municípios (a exemplo da formação de consórcios inter-municipais) etc.

Para isto a metodologia consistiu em revisão bibliográfica, pesquisa em órgãos municipais e estaduais de planejamento, trabalhos de campo (observação, coleta de dados etc.), análise dos dados e discussão teórica.

---

<sup>1</sup> Trabalho resultante de monografia de bacharelado e de notas preliminares da pesquisa de mestrado em andamento.



Dentre os resultados, pôde ser detectado que mesmo que o planejamento oficial hoje se baseie na idéia de eixos, perdura a concepção de pólos de desenvolvimento, inclusive com a constituição de pólos regionais de desenvolvimento turístico; os municípios do entorno de Goiânia que apresentam maior potencial no presente contexto regional são aqueles que tem características que complementam a função turística de Goiânia, embora também possam estar em eixos privilegiados, assim como tenham maiores potencialidades para o turismo rural e ecológico; o lazer em áreas rurais também atrai uma demanda residente em Goiânia, que dirige-se a municípios detentores de atrativos rurais e naturais, principalmente em finais de semana e feriados.

**PALAVRAS-CHAVE:** turismo – Goiânia – desenvolvimento – região – município.

## **Introdução**

O Município de Goiânia encontra-se em uma posição privilegiada para o turismo no Estado de Goiás. Tal fato advém, todavia, mais de suas propriedades culturais que das naturais. Culturais no sentido de que o turismo efetiva-se em Goiânia com base nas infra-estruturas e monumentos culturais construídos em cerca de 70 anos de constituição do município, situado em um lugar onde antes não existia nenhum povoamento, exceto o antigo Município de Campinas, hoje parte da cidade de Goiânia.

A posição estratégica de Goiânia, simultaneamente lhe traz um excesso de desgaste com infra-estruturas para determinados serviços públicos, cuja demanda aflui das mais diversas regiões goianas e mesmo externas a Goiás, e coloca em uma posição de destaque para o turismo em Goiás. A infra-estrutura aeroportuária, hospitalar e para eventos; a condição de Capital Goiana, etc., torna Goiânia um importante município para o turismo de eventos e negócios, além de saúde e outros, sem contar sua função de portal de entrada para Goiás.

Para o turismo dos municípios do entorno de Goiânia, estas características da Capital podem tornar-se uma oportunidade para o incremento do turismo local e regional. Além disso, Goiânia é um município altamente urbanizado, com quase 100% de sua população residindo na zona urbana. Mesmo assim, possui alguns hotéis-fazendas no seu território, conforme nos mostra Silva (2003).



A entrada de uma demanda turística em Goiânia, que busca desde o contato com os atrativos “naturais” de Caldas Novas até os monumentos históricos da Cidade de Goiás e eventos de Goiânia, faz surgir a oportunidade e necessidade de diversificação do turismo regional, chamando-se assim à região compreendida por Goiânia e municípios do seu entorno, constituintes da denominada Região Metropolitana de Goiânia. A necessidade veio a constituir-se em planejamento estratégico para incremento do turismo goianiense, baseado nos eventos e negócios (AGETUR et al, 2002). Entretanto, o relacionamento entre os municípios com vistas à integração e constituição de uma região turística enfrenta outros percalços, dentre os quais a falta de articulação política dos municípios, a falta de inclusão do turismo nas políticas públicas municipais, a carência de recursos financeiros e humanos tanto em Goiânia quanto nos municípios do entorno para o setor de turismo etc., conforme apontado por nós (Duarte, 2003).

### **Revisitando a discussão sobre a região**

Para falar em região turística é preciso obrigatoriamente trilhar pelo caminho pedregoso da velha discussão sobre a região, tão cara e velha na Geografia. Turística seria apenas uma qualidade da região, que se constituiria em função do turismo. O fluxo turístico receptivo seria o agente de determinação desta região, envolvendo principalmente as infra-estruturas materiais, tais como as vias de deslocamentos dos turistas. Este é o critério objetivo de delimitação da região turística dos municípios da pesquisa, uma vez que sem as vias de circulação, sejam elas estaduais, federais ou vicinais não se dão as condições para existência do fluxo turístico.

Os conceito da região e as teorias que envolvem tal categoria são bastante antigas e divergentes. Em alguns momentos esteve em alta o estudo da região; em outros a categoria foi quase esquecida. Entretanto, como reconhecem os mais diversos autores, o uso da palavra região é bastante corrente no senso comum, partilhando de uma infinidade de significados, que de maneira alguma ajuda na conceituação científica da mesma, quando não repercute negativamente. Segundo Gomes (1995), a noção de região vincula-se, todavia, a dois dos princípios básicos da Geografia, isto é, a localização e a extensão. O mesmo autor ainda afirma que em outras ciências a idéia de região está muito próxima da anteriormente citada. Gomes afirma que a idéia de região é utilizada para referir-se a “um conjunto de área onde há o domínio de determinadas características que distingue aquela



área das demais” (1995, p.53). Está ainda vinculada a uma delimitação administrativa, que é uma das formas mais objetivas de se delimitar uma região. Neste mesmo sentido, Breitbach (1988) afirma que

Na formulação de diretrizes para o planejamento regional, por exemplo, o conceito de região é suposto – não é discutido -, uma vez que é comum a região aparecer já delimitada territorialmente, geralmente em função de critério administrativo neste caso (p.23).

Mas, a mesma autora critica tal procedimento, uma vez que o mesmo é reducionista do fenômeno regional. Ainda alerta que o procedimento pode se tornar presa fácil de métodos meramente descritivos e quantitativos de abordar a questão regional, prendendo-se a especificidades que apenas constataam a existência do fenômeno, mas não se constituem em elementos explicativos deste. Dentro da concepção da região voltada ao planejamento regional, pode-se identificar o fenômeno a partir dos mais diversos critérios, desde que os mesmos atendam aos objetivos do planejamento. Assim, pode ser delimitada uma região que se destaque segundo o critério da existência de determinados problemas ambientais ou sociais. Identificada a região, parte-se à elaboração de medidas que possam minimizar os problemas constatados. Este procedimento seria extremamente simplificador e reducionista para a autora já citada.

Antes, porém, a respeito do próprio conceito de região, afirma que “o nível de conhecimento existente ainda não permite a formulação de um conceito propriamente dito”, querendo dizer que ainda se está distante de atingir um grau mais objetivo do fenômeno regional (Breitbach, 1988, p.22).

Mas, a região tem um significado de poder, ligando-se etimologicamente à palavra governar (*regere*). Neste sentido, segundo Gomes (1995), estava ligada à “*regione*” romana, que era uma unidade administrativa. Se olharmos bem, esta concepção é a mais nítida, e não apenas no meio governamental e no senso comum, mas também na própria academia, entre aqueles que não estão envolvidos diretamente na discussão da região e, quiçá, entre os que discursam e discutem sobre a região. Tal fato pode ser resultante da praticidade do uso da região neste sentido, mesmo que seja muito vaga e abrangente, em contraposição a conceituações abstratas e muito estritas a determinadas correntes do pensamento.



O fato é que mesmo que a Geografia tenha adotado a categoria como uma das suas principais, ela continua vaga, apesar dos esforços para cientificizá-la. Alguns cientistas, geógrafos ou não, já tentaram dar algumas contribuições e utilizar a região em suas concepções teóricas.

Breitbach (1988) agrupa as teorias destes pesquisadores da região, que em muitos casos trataram indiretamente da região, em convencionais e avançadas. De convencionais ela chama àquelas teorias que trabalham “com base na abstração do sistema social que está na origem da formação regional e, com isso, formula leis de caráter universal (...)” (p.26). As teorias classificadas de convencionais são as da chamada escola alemã, compreendendo Christaller, von Thünen e Lösch, as da escola francesa (Perroux e Boudeville) e ainda a Teoria da Base Econômica de Exportação. A autora ainda lembra que tal conjunto de teorias faz parte da denominada ciência regional, sistematizada nos anos 1950 por Walter Isard, nos EUA. No Brasil, o maior representante da ciência regional, que por aqui não conseguiu maiores repercussões, foi Manuel Correia de Andrade, um importante geógrafo na discussão das teorias da região na Geografia e ciências afins, sem contar na discussão dos problemas regionais do Brasil.

Dentre as concepções anteriores, as que têm maior destaque no planejamento regional são as de Christaller e de Perroux. A primeira foi formulada em 1933, tomando como base a localização do comércio em uma região no sul da Alemanha. Esta seria a localidade central na Teoria dos Lugares Centrais (Breitbach, 1988).

Posteriormente, na década de 1960, dois pesquisadores franceses, tentaram novamente aplicar a idéia de uma região que comandaria o desenvolvimento de um entorno, que seria o pólo. Primeiramente François Perroux concebeu a idéia de uma indústria motriz, que teria a capacidade de induzir ao desenvolvimento de uma localidade. Perroux (1967) identifica três tipos de espaços econômicos: espaço como conteúdo de um plano (relações entre fornecedores e clientes), espaço como conjunto homogêneo (homogeneidade topográfica ou econômica entre empresas) e o espaço como campo de forças, de onde vem a noção de pólo de crescimento. Isto demonstrava que a expansão econômica não ocorria de forma equilibrada de homogênea. (Breitbach, 1988<sup>2</sup>). No espaço

---

<sup>2</sup> Preferimos apresentar neste caso a leitura de Breitbach, pois a mesma faz uma resenha mais objetiva das teorias dos autores. Acreditamos que isto não tira o mérito de não trabalhar diretamente com as obras originais.



do campo de forças estaria o agente motor do desenvolvimento, que seria a empresa motriz, capaz de induzir à expansão ou retração de um conjunto maior de atividades econômicas. Para esta região não seria importante o tamanho da área, mas a intensidade das relações impulsionadas pela firma motriz. Breitbach (*op. Cit.*) afirma que Perroux não avançou muito em sua teoria dos pólos, embora tenha contribuído para que outros avançassem na discussão regional.

Um destes foi Jacques Boudeville (1973), que partindo da idéia de Perroux propõe três tipos de regiões: homogênea, polarizada e região plano ou região programa. Jacques Boudeville, aprofundando a idéia de Perroux, a aplica ao desenvolvimento de regiões. Nos prenderemos aqui apenas à região polarizada. Esta seria oposta à região homogênea e se caracterizaria por ser um espaço heterogêneo, cujas partes se complementarizam e manteriam um intercâmbio com um pólo em maior intensidade que com a região vizinha. Para Breitbach (1988, p.39), a região polarizada “expressa-se num meio urbano em que as atividades industrial e comercial preponderam e irradiam fluxos de troca de bens e serviços com o campo e cidades satélites que se encontram sob a influência do pólo”.

Embora a mesma autora revele que as teorias de Perroux e Boudeville tenham se baseado basicamente na Teoria dos Lugares Centrais de Chistaller, nos atemos aqui para basearmos-nos nos dois autores para contrapor o exemplo empírico da região pesquisada, cujo pólo passa a ser a cidade de Goiânia.

Por sua vez, as “concepções avançadas” são aquelas que se caracterizam por ter como ponto de partida a existência de um sistema social com determinantes históricas. Daí advém a idéia de que o espaço não é um espaço neutro, mas que está em relação com o tipo de sociedade nele localizada. A autora deixa transparecer sua simpatia por este grupo, embora sem desconsiderar o valor do outro, principalmente porque para ela, o conceito de região buscado é aquele que seja capaz de acompanhar o movimento do real, cuja característica principal é o próprio movimento. Os demais conceitos seriam, assim, cristalizados, procurando preceder e condicionar qualquer abordagem do real.

No grupo das concepções avançadas Breitbach classifica as formulações de Alejandro Rofman (desigualdades regionais como resultantes da concentração econômica), de José Luis Coraggio (a região é uma forma espacial, onde está um subconjunto social determinado), de Horacio Sorman (região como consequência espacial do



desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo) e de Alain Lipietz (a região como reprodução material da sociedade, e que no capitalismo ocorre com maior nitidez a formação de regiões desigualmente desenvolvidas). Estas concepções, chamadas avançadas, identificam-se pela abordagem mais dialética do fenômeno regional, portanto colocando-o em desenvolvimento dentro de uma realidade social e historicamente produzida.

### **Região e desenvolvimento**

Entendendo-se a região com uma área cujos atributos a diferenciam das adjacentes (concepção de Hettner, que ganhou maior força com Hartshorne – conforme Gomes, 1995), a Geografia deveria, segundo tais pensadores, dedicar-se a desvendar (e não apenas caracterizar) as “diferenciações das áreas”. Partindo-se do suposto de que determinados processos, naturais ou culturais, deram origem às diferenciações, o entendimento da região seria possível, na captura do seu movimento e na identificação e entendimento dos agentes diferenciadores. Neste sentido, as formulações avançadas citadas por Breitbach teriam mais a contribuir ao entendimento da região.

As diferenciações de áreas podem, assim, decorrer, dentre outros fatores, da diferenciação do grau de desenvolvimento vigente em determinada região. Diversos são os agentes que se envolvem, simultaneamente e com maior ou menor poder de definição da região, dentre os quais podemos apontar o turismo. Assim, o estudo do turismo pode vir a ser relevante para o entendimento da região, uma vez que tal faceta pode engendrar novas formas espaciais específicas para o turismo.

Estas novas formas são as marcas da evolução da área turística, evolução que quando no sentido de maior racionalização do espaço produtivo passa a ser chamada de desenvolvimento. Esta é a principal idéia quando se fala em desenvolvimento regional pelo turismo, que em muitos casos torna-se apenas parte de um discurso regional, inexistindo, todavia, ações no sentido de uma real valorização do mesmo. Mas, o que vem a ser o desenvolvimento?

A proposta de pesquisa sobre turismo levantada ora em andamento, tem em sua base uma preocupação com o desenvolvimento. O papel de determinada localidade em relação a outra e em um determinado conjunto de idéias sobre desenvolvimento como sinônimo de qualidade de vida, e esta entendida como poder de acesso a determinados



bens da sociedade atual, está assim carregado da idéia de desenvolvimento. Mas, que tipo de desenvolvimento seria realmente benéfico a determinado estágio de uma sociedade? A resposta a isso é complexa e não é escopo da pesquisa e nem deste artigo, mas pelo menos pode-se discutir alguns dos significados do desenvolvimento dentro de determinado paradigma, que não deixa de ser a resposta aos anseios e necessidade de determinada sociedade em determinado lugar, de posse de determinada tecnologia e, não desconsiderando o papel homogeneizador representado pela globalização das idéias.

No dia a dia a expressão desenvolvimento é utilizada com os mais diversos sentidos, naturalizando-se por sua banalização. Há muito, a preocupação atinge a humanidade. Entretanto, o sentido de desenvolvimento varia muito ao longo da história humana, embora haja um eixo principal, no qual se manifesta o acesso da humanidade aos bens que o planeta pode oferecer sob determinadas pressões sociais e técnicas/tecnológicas.

Mas, fazendo-se um recorte mais recente, pode-se dizer (Castoriadis, 1987) que no século XIX a idéia de desenvolvimento estava incorporada no conceito de progresso, vigente na sociedade ocidental em decorrência das grandes descobertas da ciência. As relações entre os países se intensificam no século XX, e com isso também se nota a intensa disparidade na qual vivem as sociedades sob o regime do capital. Disparidades e contradições, internas e entre si. O avanço da ciência permitiu, ao lado do desenvolvimento tecnológico, a construção de instrumentos teórico-científicos para medir as economias e condições de vida das pessoas de determinada sociedade (Altvater, 1995). Evidentemente, além da preocupação humanitária, há aí uma puramente sistemática, ou seja, no sentido de identificar determinados fenômenos que poderiam ser ameaças internas ao próprio sistema. A pobreza é um destes, visto que pode levar a conflitos que poderão alterar radicalmente a lógica das relações humanas, no sentido produtivo. Da discussão resultou uma preocupação em criar formas para as quais os países ditos deprimidos do ponto de vista econômico, pudessem superar tal estágio.

Na atualidade o paradigma que tenta se impor para as questões de desenvolvimento é o desenvolvimento sustentável. As idéias sobre o desenvolvimento sustentável se estenderam aos mais diversos segmentos, dentre os quais o turístico, que em sua maioria absorveu o discurso de forma acrítica. Como resultado principal, uma falácia: o turismo





seria a solução para os lugares e regiões deprimidas segundo a idéia de desenvolvimento (como sinônimo de crescimento econômico). (Almeida, 2003).

Por considerar que os discursos em torno do desenvolvimento estão em geral permeados de falácias, levanta-se uma nova preocupação da pesquisa; não somente reproduzir o mesmo ideário desenvolvimentista, mas pensar em maneiras menos acríicas de perceber e mostrar a relação do turismo com a sociedade.

O desenvolvimento em si faz parte da idéia de progresso, própria do homem, mas que se faz sempre por meio da transformação da natureza (recursos), produzindo tanto desigualdades sociais quanto danos ambientais ao longo do processo, sem esquecer contudo, das virtudes do sistema produtivo. Os problemas, entretanto, se acentuam dentro da lógica da racionalidade capitalista, daí advindo os problemas de formas mais intensas e aceleradas.

O desenvolvimento sustentável não seria neste entendimento uma forma de alcançar uma melhor distribuição dos recursos e melhorar as questões ambientais, mas outra roupagem à velha idéia do desenvolvimento, baseando-se agora em um discurso simplista (preocupar-se com a qualidade de vida e disponibilidade de recursos para as gerações futuras), embora impossível de ocorrer dentro do sistema capitalista. Impossível porque a desigualdade (e suas conseqüências) faz parte da sua dinâmica.

A idéia de contribuir à promoção do desenvolvimento dos municípios (da pesquisa) sob tais moldes, com a contribuição do turismo, parece que poderiam muito mais reforçar o modelo predatório. Torna-se necessário pensar em formas alternativas, embora seja bastante difícil apontar medidas viáveis. Daí a preocupação em pelo menos apontar meios de redução dos efeitos negativos e predatórios.

### **Turismo e desenvolvimento regional**

Considerado como uma atividade sustentável, o turismo é apresentado principalmente aos municípios com quadros mais graves de estagnação econômica e social, como alternativa ao seu desenvolvimento (econômico) (ALMEIDA, 1998; BARRETO, 2000). Mas, segundo Abreu (2001), a idéia de desenvolvimento de lugares economicamente deprimidos é, no discurso dos políticos e administradores públicos, quase sempre sinônimo de geração de empregos. A autora chama a atenção para o escamoteamento que esta idéia



traz; a preocupação em possibilitar a exploração de muitos trabalhadores por alguns poucos capitalistas (empregos com única forma de alcançar a dignidade), esquecendo-se que o capital tenderá a expandir territorialmente, concentrando-se quantitativamente, levando conseqüentemente às desigualdades entre os homens. Dentre outras causas é por isso que como atividade econômica há diversas controvérsias sobre o real papel que o turismo representa para o desenvolvimento dos lugares. Além disso, apesar dos números e percentuais galopantes que se mostram na literatura de turismo, o que se mostra na realidade brasileira é que o turismo gera principalmente empregos precários e temporários, e em alguns casos desarticula a produção tradicional de alguns dos lugares onde é introduzido. De qualquer forma, a atividade turística traz contribuições positivas para algumas comunidades, a exemplo do pequeno produtor rural que passa a comercializar sua produção diretamente no local (queijo, rapadura, geléia etc.), ou o mateiro que, após algum treinamento pode vir a se tornar um guia turístico (ou o ex-garimpeiro ou ex-pescador, que em Alto Paraíso torna-se guia e em São Miguel do Araguaia torna-se “piloteiro” no Rio Araguaia, respectivamente).

Todavia, não somente as regiões ou os lugares deprimidos recorrem ao turismo (aliás, estes raramente têm condições de fazê-lo) como uma alternativa a mais para alento da economia. Uma observação mais atenta permite ver que são principalmente os lugares mais desenvolvidos os que melhor desenvolvem o setor de turismo, visto que este depende de uma infra-estrutura básica e específica razoável, fator limitante à participação dos lugares mais pobres. Como a implantação da infra-estrutura básica e turística em geral demanda recursos públicos e investimentos do setor privado, o que ocorre nas regiões deprimidas são investimentos de pessoas e grupos alienígenas ao lugar, iniciando-se uma nova fase e forma de exploração dos recursos turísticos e humanos destas.

Além do mais, devido à falta de recursos públicos e de interesse do poder público local (muitos municípios com potencial para o turismo e com início de atividade turística receptiva não possuem nenhuma secretaria de turismo ou pasta agregada a alguma secretaria, muito menos recursos humanos qualificados e verbas para o setor de turismo), a atividade turística inicia-se à revelia do mercado e dos especuladores, principalmente pela falta de políticas públicas para o turismo, o que culmina na falta de qualquer planejamento. As ações são efetivadas intuitivamente e por meio de favorecimentos pessoais, prática comum na administração pública brasileira.



## **Goiânia e a indução do desenvolvimento turístico de seu entorno**

Estabelecidos os referenciais teóricos, parte-se para a análise do empírico. Goiânia, conforme mostra Silva (2003) e Duarte (2003) é um importante núcleo emissor e dispersor de turistas. Estes turistas saem de Goiânia ou passam por Goiânia com visas a determinados municípios cuja visibilidade turística alcança uma escala nacional, tais como Goiás, Caldas Novas, Pirenópolis etc.

Outro desses municípios é Aruanã, localizado juntamente com Britânia no oeste do Estado de Goiás. Ligando estes municípios a Goiânia existe a GO-060, rodovia às margens da qual estão dispostos os municípios, dentre outros, de Santa Bárbara de Goiás e de Anicuns. São estes os municípios de interesse para a pesquisa, uma vez que mesmo não fazendo parte do cenário dos principais municípios turísticos goianos, estão no chamado espaço de deslocamento do turista com destino aos municípios ante-citados.

Os primeiros contatos e levantamentos para esta área mostram que há uma diversidade de potencialidades turísticas para cada um dos mesmos. Enquanto Santa Bárbara, localizado a pouco mais de 30km de Goiânia, destaca-se pela maior potencialidade e efetivação do turismo rural, Anicuns, localizado a cerca de 70km de Goiânia, destaca-se pela quantidade de atrativos naturais, viabilizando o turismo ecológico, ecoturismo ou turismo de lazer em áreas naturais.

A regionalização para planejamento do turismo em Goiás não os coloca em nenhuma condição privilegiada, embora Anicuns tenha recebido ao selo de Município Potencial Turístico da EMBRATUR. A regionalização do turismo em Goiás parte atualmente em função de temas de acordo com as maiores especificidades regionais para o turismo. A Agência Goiana de Turismo e o Sebrae-GO definiram basicamente quatro eixos para o turismo em Goiás, chamados de Caminhos: Caminhos do Sol, Caminhos do Ouro, Caminhos das Águas e Caminhos da Biosfera (SEBRAE, 2001):

- “Caminhos do Ouro” ou “Caminhos dos Bandeirantes” abrangem os Municípios existentes no eixo Brasília- Cidade de Goiás (Águas Lindas, Cocalzinho, Corumbá, Pirenópolis, Petrolina, Taquaral,) Goiânia-Cidade de Goiás, Jaraguá-Goiânia, Goiânia-Cidade de Goiás considerando a existência nestes municípios de registros materiais que



permitem resgatar parte da história da exploração do ouro em Goiás desde a passagem de bandeirantes no século XVII.

- “Caminho da Biosfera” visa explorar as potencialidades de turismo rural existentes nos Municípios do eixo Brasília- São Domingos (Formosa, Planaltina, São João d’Aliança, Alto Paraíso, Colinas do Sul, Cavalcante, Teresina e Nova Roma). Os atrativos principais consistem em paisagens variadas do cerrado e sua biodiversidade, destacando os dois sítios naturais classificados como patrimônio mundial pela UNESCO (o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e o Parque Nacional de Terra Ronca ), os inúmeros cursos fluviais encachoeirados e sítios espeleológicos excepcionais pela extensão e beleza.
- ”Caminhos do Sol” a serem fomentados nos eixos de Goiânia- vale do Araguaia. Um “caminho” Goiânia-Aruanã (Goianira, Inhumas,Itauçu, Itaberaí, Faina e Araguapaz) pretende consolidar a anual caminhada ecológica, tradicionalmente realizada por andarilhos e tem como atrativo o meio ambiente. As outras ramificações têm um “caminho” para o sol para o Norte em direção à Bandeirantes e Luis Alves e o outro “caminho” para o Sudoeste abrangendo os municípios de Mineiros, Serranópolis, Britânia e Chapadão do Céu. Neste roteiro encontram-se o Parque Nacional das Emas também patrimônio da UNESCO e sítios arqueológicos. No Caminho do Sol estão compreendidos os municípios cuja influência turística se dá em razão do Rio Araguaia, dentre os quais o Município de Aruanã. Como os municípios da pesquisa estão no eixo Goiânia Aruanã, os incluímos no “Caminhos do Sol”.
- Os “Caminhos das Águas” incluem o roteiro das águas quentes (Municípios de Caldas Novas, Rio Quente com termas de reputação nacional e Lagoa Santa iniciando a exploração de suas águas) e dos diversos lagos artificiais ( nos Municípios de Três Ranchos, São Simão Buriti Alegre, Itumbiara, Minaçú, Cachoeira Dourada, Lagoa Santa e Itajá).

Entretanto, anteriormente à idéia dos caminhos, que deixa transparecer uma nova lógica do planejamento do turismo e de indução do desenvolvimento regional, foi implantado em Goiás um planejamento baseado nitidamente na idéia de pólos. Tratava-se do PED, ou Programa de Execução Descentralizada, conforme mostra Almeida (2003). Este programa baseiou-se na capacidade de determinados pólos disseminarem o turismo



em Goiás. Os municípios escolhidos deveriam ter determinadas infra-estruturas e já apresentarem embriões de atividade turística. Assim, foram escolhidos Alto Paraíso de Goiás, Pirenópolis, São Domingos e Três Ranchos.

No presente caso, partimos do suposto que a disposição dos municípios ao longo do eixo Goiânia-Aruanã potencializa as propriedades turísticas destes municípios, assim, como de outros na mesma condição. Basicamente esta é uma das hipóteses do trabalho em questão. Entretanto, sabemos, não basta a existência de uma demanda potencial para que efetive-se o fluxo turístico. A demanda, neste caso, seria constituída pelos turistas e/ou que saem de Goiânia e que passam por Goiânia, utilizando-se em seguida o eixo viário em sentido ao pólo turístico de Aruanã e Britânia. Há necessidade de existência de um conjunto de infra-estruturas e atrativos, ao qual se denomina produto turístico, necessário para a atração e retenção de um fluxo turístico (Barretto, 2000). Sem a existência deste há um grande entrave ao desenvolvimento do turismo nestas localidades.

O potencial emissivo de Goiânia e sua capacidade de dissipar os fluxos para outros pólos turísticos no Estado deve-se entre outros fatores, à existência de uma infra-estrutura viária que o liga a estes pólos e, nos pólos, da existência do produto turístico. Mas, para o turismo, o principal componente é o atrativo, sem o qual pouco adianta a existência de infra-estruturas receptoras. Por outro lado, há diversas sustentações no sentido de que o objeto turístico, ou o atrativo, são criados, porque resultam de uma nova forma de olhar antigos objetos e práticas. Resultam pois tanto da revalorização quanto da refuncionalização.

É isto que nos mostra Almeida (1998), quando afirma que maioria dos atrativos já existia mesmo antes de sua valorização para os fins turísticos; outros foram construídos, literalmente, visando ao turismo. Estes objetos diferenciam-se de outros especialmente pela agregação de valores culturais, isto é, a eles se atribuem propriedades atrativas, que significa poder despertar no indivíduo o desejo de conhecer a realidade ou simulacro (inconsciente) embutido nos mesmos. As características dos objetos ou lugares turísticos podem ser atrativas pelas suas singularidades, pela beleza estética excepcional, fato histórico ao qual vincularam-se, possibilidades em proporcionar sensações diferentes, valor que representa numa determinada classe social ou sociedade (*status*). Diversas propriedades inerentes aos objetos e locais turísticos passam a ter valor turístico quando ganham uma



nova conotação. Assim, uma elevação ou depressão no relevo, uma paisagem, uma praia, um edifício, podem existir por muito tempo sem despertar o interesse turístico; revalorizados por alguns segmentos hegemônicos da sociedade, certos objetos passam a ganhar novo significado, pois os demais grupos tendem a adquirir os hábitos e a desejarem as mesmas coisas e a adotarem comportamentos semelhantes aos daqueles (LUCHIARI, 2001).

Na região intermediária, formada pelos municípios localizados entre estes pólos e o pólo de Goiânia, há também necessidade de constituição de uma rede básica de infraestrutura e atrativos, capaz de incrementar tanto o turismo destes municípios que têm maior poder de atração, quanto do turismo regional, chamando de região ao espaço formado por Goiânia, municípios do espaço de deslocamento e municípios no espaço de recepção.

Todavia o que se constata é uma deficiência de infra-estruturas e de ações no sentido de aproveitamento do fluxo turístico, até mesmo devido à sazonalidade que ocorre no turismo regional. As políticas públicas destes municípios pouco enxergam o turismo com uma das viabilidades para as suas economias e para melhoria das condições de vida de sua população. Dado que as políticas públicas de turismo

têm capacidade para modificar os lugares, estabelecer novos arranjos espaciais, alterar a organização social. E, no caso do Estado de Goiás, pode-se afirmar que a turistificação em curso redesenha uma nova organização sócioespacial, constroi um espaço turístico goiano com municípios-enclaves, corredores e paradoxalmente espaços de exclusão.(Almeida, 2003)

é que apresenta-se a preocupação com a falta de políticas ou a implementação das mesmas de forma despreocupada com os efeitos a médio e longo prazo, para o Estado de Goiás e para as comunidades locais.

A articulação entre os municípios de Goiânia e estes municípios geralmente é lenta, resultando na falta de planejamento integrado, ou quando muito, na existência de um planejamento desarticulado, que não considera as potencialidades da região. Embora tenha sido feito um plano de diagnóstico turístico dos municípios do entorno de Goiânia, visando basicamente integrar os 24 municípios, no sentido de aproveitamento das



potencialidades turísticas rurais dos mesmos, as ações no sentido de dar andamento às atividades constantes do plano barraram na falta de “recursos” (GOIÂNIA, 2004).

### **Considerações finais**

O turismo, como uma atividade que se potencializa dentro do sistema capitalista, apropria-se das singularidades e características locais mais específicas para sua promoção. Para isso, todavia, necessita do desejo de uma demanda, sem a qual não efetiva-se nenhum fluxo turístico.

Este fluxo turístico pode ter a capacidade de promover uma parcela do desenvolvimento da localidade e da região. Entretanto, necessita de investimentos iniciais para a captura dos fluxos e seu aproveitamento para melhoramento da realidade local, com visas mesmo à manutenção destes fluxos. Porém, os investimentos são efetivados quando tais locais apresentam potenciais para a realização em prazos breves do capital investido, o que nem sempre ocorre nos municípios com algumas possibilidades para o turismo.

No planejamento da região e para evitar os investimentos pontuais, é comum recorrer-se ao planejamento integrado, que considera a região como um todo, para evitar a oferta de produtos semelhantes. Com a deficiência deste planejamento, a integração entre Goiânia e seus municípios vizinhos se torna deficiente, deixando espaço para um subaproveitamento do fluxo. A capacidade indutora de Goiânia influi mesmo na organização do turismo regional. Goiânia passa assim a manter uma relação de poder com os municípios da região polarizada ou de influência.

Mas, o poder, conforme salienta Raffestin (1993), se manifesta por ocasião da relação; e toda relação é ponto de surgimento de poder e isto fundamenta sua multidimensionalidade. Segundo os meios mobilizados, continua aquele autor, o poder pode ser definido como uma combinação variável de energia e informação. É, portanto, um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam. Pode ter um caráter relacional recíproco mas também sugere dissimetria quando um polo domina e o outro se submete.

Portanto, a relação tende a produzir ou acentuar as disparidades regionais, quando deveriam minimizá-las, objetivo dos planejamentos e das políticas de desenvolvimento regional.



## Referências

- ABREU, Silvana. **Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense. Contexto, propósitos e contradições.** São Paulo, USP, 2001, tese (doutorado).
- AGETUR, GOIÂNIA, Munic. de, BUREAU, Goiânia Conventions & Visitors (orgs). **Planejamento estratégico – turismo de eventos.** Goiânia, apostila, agosto/2002.
- ALMEIDA, M.G. **Cultura – invenção e construção do objeto turístico.** In: Agb. Espaço Aberto 3. Fortaleza, CE: Funcap, 1998a. Pp. 19-31.
- \_\_\_\_\_. **Políticas públicas e delineamentos do espaço turístico goiano.** In: ALMEIDA, M.G(org.). Paradigmas do Turismo. Goiânia, Alternativa, 2003.
- ALTVATER, E. **O Preço da Riqueza.** São Paulo, Editora da UNESP, 1995.
- BARRETTO, M. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento.** Campinas-SP, Papirus, 2000. 96p.
- BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. **Estudo sobre o conceito de região.** Porto Alegre-RS, Fundação de Economia e Estatística Sigmund Emanuel Heuser, 1988.
- BOUDEVILLE, Jacques. **Os espaços econômicos.** São Paulo, Difel, 1973.
- CASTORIADIS, C. As encruzilhadas do Labirinto/2. Os domínios do homem, Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1987.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza. Introdução à Geografia do Turismo. São Paulo, Roca, 2001. 107p. ISBN 85-7241-343-X.
- DUARTE, I.F. **Goiânia – política de turismo e construção de atrativos.** In: ALMEIDA, M.G(org.). Paradigmas do Turismo. Goiânia, Alternativa, 2003. Pp.133-145.
- GOIÂNIA, Secretaria Municipal de Turismo de. Plano de Desenvolvimento Regional do Turismo do Entorno de Goiânia. Goiânia, 2004 (mimeo).
- GOMES, Paulo César da Costa. **O conceito de região e sua discussão.** In: CASTRO, I.E., GOMES, P.C.da C., CORRÊA, R.L. Geografia – conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 195. Pp. 49-76.





LUCHIARI, M.T.D.P. **Urbanização turística: um novo nexu entre o lugar e o mundo.**

IN: SERRANO, C., BRUHNS, H.T. e LUCHIARI, M.T.D.P. (orgs). Olhares contemporâneos sobre o turismo. Campinas,SP: Papirus, 2001 (2ª edição). Pp. 105-130.

PERROUX, François. **A economia do século XX.** Lisboa, Herder, 1967.

RAFFESTIN (1993). **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática.

SEBRAE. *Plano de Trabalho-instrução normativa 022/02-Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável de Goiás.*Goiânia: SEBRAE, 2001.(mimeo)

SILVA, Arlete Mendes. **Uma análise do turismo rural na Região Metropolitana de Goiânia: caracterização e possibilidades.** Dissertação de Mestrado, IESA/UFG, Goiânia, 2003. 177p.

[www.agetur.go.gov.br](http://www.agetur.go.gov.br)